

Anthony Corbeill - Sexing the World. Grammatical gender and biological sex in Ancient Rome. Princeton University Press. ISBN 978-0-691-16322-2

Corbeill empreendeu nesta obra o estudo de um tema que adquiriu importância na opinião pública e no debate político e na cultura contemporâneas: as complexas relações entre linguagem e gênero. O pressuposto filosófico da questão é o de que a estrutura da linguagem tem implicações na percepção do mundo (p. 3). O desenvolvimento da questão baseia-se em diferentes áreas: teoria gramatical antiga, linguística latina, linguística comparativa, literatura, religião e cultura.

O capítulo inicial explora as imaginações de autores antigos a respeito do uso do gênero nos primeiros falantes da língua latina. Assim o diz o autor embora, na realidade, o capítulo comece propriamente pela questão das relações entre sexo e gênero linguístico (âmbito em que discute nomeadamente, as opiniões de Protágoras sobre o assunto) e inclua ainda uma seção sobre a fluidez de gênero gramatical na língua grega, na qual, conclui o autor, o fenômeno é raro, em comparação com a língua latina, onde a tradição gramatical desenvolveu um debate sobre o assunto. Os autores gramaticais, segundo Corbeill, imaginaram que os primeiros ‘nomeadores’ das coisas (falantes de latim, pois se partia do princípio que o latim era falado desde as origens da humanidade) atribuíram o gênero com base no princípio da equivalência entre gênero e sexo ou, no caso de coisas inanimadas, procedendo por analogia. Depois de citar os quatro critérios referidos por Varrão para decidir em casos de gênero ambíguo, sc. *natura*, *ratio*, *consuetudo*, *auctoritas*, Corbeill concentra-se na *auctoritas* e em particular na dos poetas. Segundo o estudioso, os autores antigos encaravam os poetas como a autoridade máxima em matéria de gênero gramatical ambíguo por considerarem que os poetas teriam acesso ao gênero primitivo da palavra — os poetas situar-se-iam, assim, em relação ao estágio inicial da língua como o hebraico em relação ao latim nas traduções do texto bíblico.

De acordo com o título, o capítulo seguinte tem por tema o tratamento do gênero gramatical nos poetas. Na verdade, e dada a inexistência, nos poetas, de uma explicitação das razões por que alteram o gênero gramatical de uma palavra (e, diríamos, que outra coisa seria de esperar?) o capítulo começa pelas racionalizações e teorias elaboradas pelos gramáticos para justificarem variações de gênero que se observam nas obras dos poetas. As explicações, que Corbeill apresenta como sendo comuns a autores antigos e autores modernos, são as seguintes: distinções semânticas, morfologia e analogia (no contexto desta explicação cita Gélío 15.9.1 e a discussão sobre o gênero de *frons*); a licença poética; conveniência métrica; sonoridade (de acordo com o preceito *aurem tuam interroga* atribuído a Probo e citado em Gélío 13.21.1; explicação confirmada pelo mesmo Gélío a respeito do epítáfio de Príamo em *Aen.* 2.554: *haec finis Priami fatorum*); afetação; intertexto grego; linguagem fluída (entendida por Corbeill como manipulação da linguagem de modo a ostentar um acesso a um estado pré-linguístico em que o gênero era fluído). Corbeill conclui que já Ênio, ao escrever *Caelus* no masculino (*ann.* 23–24 Skutsch) identificara gênero gramatical com geração sexual e com sexo biológico. O capítulo termina com uma seção intitulada “cognitive models for noun classification” em que propõe o conceito de Lakoff, ‘myth-and-belief principle’ como forma de explicar a atribuição de gênero a alguns nomes.

O capítulo 3, intitulado “Poetic play with sex and gender”, começa por examinar o efeito de personificação e sexualização do gênero gramatical, visível particularmente, em divindades e conceitos como o de *patria*. A respeito deste último, a demonstração aduzida por Corbeill é o passo de Cícero, *de orat.* 3.163–164, que expressa repugnância pela metáfora *respublica castrata*, repulsa que tem a sua origem na personificação feminina da *patria*, de onde o estudioso deduz que, no contexto da retórica, o não reconhecimento da equação sexo-gênero acarretava descredibilização.

Depois de uma discussão sobre o uso do gênero gramatical como função de arcaísmo em Plauto, *Poen.* 1187–1188 — passo em que a expressão *uitalem aeuom* opera uma transição do habitual neutro latino *aeuum* para o masculino **aeuus* como estratégia para evocar uma ambiência arcaica e as ressonâncias culturais de um gênero de outrora — o autor detém-se, principalmente, em Catulo. No carne 66, com efeito, o uso de nomes femininos, *caesaries* e *coma*, por oposição ao seu modelo

grego, Calímaco — que usa o termo feminino mas com adjetivos masculinos ao mesmo tempo que as madeixas irmãs eram femininas—, é interpretado por Corbeill à luz da tendência para dar uma identidade feminina ao narrador. Note-se, no entanto que este trecho da obra está marcada por várias expressões de dúvida (“It is difficult to decide on the reasons for Catullus’s playfulness here”, p. 88; “Perhaps in Catullus’s eyes transforming the noun that describes the narrator into the feminine gender”, p. 89) que denotam pouca convicção e clareza interpretativas da parte de Corbeill.

Do mesmo Catulo, Corbeill analisa ainda o carme 6 (pp. 95-99) para o qual apresenta uma interpretação que, com base nas variações de género do poema, demonstra que Flávio mantém uma relação homossexual um homem.

O capítulo 4 trata do significado do género no domínio da religião. Corbeill pretende aqui demonstrar o papel preponderante da linguagem na "criação da personalidade divina" tomando por prova os nomes dos deuses *indigetes*. Mais ainda, de acordo com estudioso, o nome atribuído à divindade tem em conta não só “a esfera de influência da divindade mas também o género gramatical do significado que marca a divindade” (p. 110). O autor concentra-se, então, na questão do género dos nomes e do sexo das divindades e postula, com base em um fragmento de Varrão (citado por Agostinho, *civ.* 3. 12), e ainda nos pares de divindades (*Februus/Februa*) ou nas divindades de género ora masculino ora feminino (como *Pales*), que a ideia de um poder divino, com sexo masculino e feminino ao mesmo tempo, desempenhava um papel importante no imaginário religioso romano (p. 114). A conclusão de Corbeill é que enquanto o sexo de um deus o aproxima dos seres humanos, a androginia, entendida como eleição entre um ou outro sexo de acordo com o contexto, separava os deuses do seres humanos e lhes conferia uma perfeição que estes últimos não poderiam alcançar. O capítulo termina com uma discussão sobre os pares de divindades *Genius/Iuno* e *Liber/Libera* e, em apêndice, apresenta uma lista de pares divinos, i.e., de divindades para as quais está atestado um nome masculino e um feminino (pp. 135-142).

Da androginia no plano divino, passa-se, no capítulo 5, para a androginia no plano humano, e mais especificamente, para a figura do hermafrodita na cultura romana. Na opinião de Corbeill, a figura humana do hermafrodita começa a receber atenção precisamente em Roma (p. 147).

A atenção que recebeu o *androgynos* ou *hermaphroditus*, a designação posterior que substitui a primeira, estava ligada a contextos de crise para a república e, nesses contextos, o hermafrodita era submetido ao mesmo procedimento religioso e interpretativo que um prodígio.

Baseando-se no texto de Lívio (43.13.1–2), o autor demonstra que o procedimento ritual e religioso a seguir para os prodígios começa a ser abandonado e no final da República perde qualquer ligação à esfera religiosa. Das atitudes em relação ao hermafrodita este capítulo menciona de forma explícita e com base em fontes apenas o passo de Plínio, *nat.* 7.34, e a tentativa dos juristas de reduzirem o hermafrodita a um dos sexos para assim eliminarem a ambiguidade jurídica que teria consequências em vários domínios, nomeadamente, o do direito sucessório.

Além da bibliografia, a obra possui um índice de passos e um índice temático, que a enriquecem. As deficiências, porém, residem noutros aspectos. De facto, a obra carece de uma distinção mais cuidada entre fontes e a respectiva análise, por um lado, e discussões modernas ou contextos culturais contemporâneos por outro; na verdade, é frequente encontrar uma passagem de um nível para o outro operada como que por contiguidade temática. O leitor não encontrará nesta obra um tratamento sistemático ou um elenco das fontes relativas ao problema do género gramatical, nomeadamente as da tradição gramaticográfica antiga. Mesmo nas questões que são tratadas, o autor prescindiu de contextos como, por exemplo, o debate entre analogia e anomalia que marcou a reflexão sobre a linguagem (nomeadamente a de Varrão) e que, nesta obra, não é sequer mencionado. Muitas outras questões se poderiam levantar a respeito do género gramatical, nomeadamente, qual a diferença entre as línguas clássicas (ou indo-europeias) e as línguas semíticas, nas quais a categoria de género se alarga para além dos nomes e categorias afins e se introduz na conjugação verbal (se a estrutura da linguagem tem implicações na percepção do mundo, quais são as diferenças entre as duas famílias linguísticas?). Apesar dos esparsos

elementos de linguística indo-europeia aduzidos, a obra não contempla esse horizonte de questionamento.

Armando Martins

Universidade de Évora — Centro de Estudos Clássicos (Universidade de Lisboa)

<http://orcid.org/0000-0002-0548-7132>